

# **I Feira Literária Brasil-África (FLIBAV) - Feira Literária Brasil-África Vitória, Espírito Santo**

**13 e 14 de novembro de 2013**

**Universidade Federal do Espírito Santo**

## **AS MULHERES AFRICANAS, A NOVA FORÇA POLÍTICA**

Ivaír Augusto Alves dos Santos

**Resumo:** A Lei 10639 de 2003 determina que seja ensinado a História do Negro e a História da África, a proposta do artigo é que seja introduzido a história da participação política das mulheres africanas, como sujeitos políticos que tem conseguido avanços na ocupação de cadeiras no parlamento. O continente africano apesar das desigualdades sociais e de gênero, as mulheres africanas responsáveis por setores importantes da economia, nas últimas décadas tem apresentado avanços na conquista dos direitos políticos.

### Abstract

The Law 10639 of 2003 prescribe that is teached Black People and African History, the proposal of the article is that the history of African women's political participation to be introduced, as political subjects that have achieved progress in the occupation of seats in parliament. Despite social and gender inequalities in The African continent, the African woman has been responsible for important sectors of the economy, in recent decades has brought advances in the conquest of political rights.

Este texto pretende apresentar uma proposta de discutir a importância das mulheres africanas na promoção dos direitos políticos nos países africanos, como uma alternativa para inclusão no ensino da História da África, no cumprimento da Lei 10639 de 2003. O

ensino da História da África apresenta uma rica possibilidade de resgatar a presença da mulher na luta pela consolidação da democracia e a participação política das mulheres nos países africanos

O continente africano desempenhou um papel fundamental na construção da identidade brasileira, mas a imagem que se tem do continente, é ainda muito limitada e repleta de estereótipos como: se África fosse um país, um lugar quente e empoeirado com pastos e grandes rebanhos de animais e com as pessoas magras que passam fome.

Não existem descrições precisas sobre o continente com mais de um bilhão de pessoas, com cinquenta e cinco países, mas há uma ênfase em mostrar que estão muito ocupados passando fome e morrendo e guerreando e. O continente está repleto de desertos, selvas, montanhas, savanas e muitas outros ambientes e climas , mas o não se procura descrições românticas desconectados da realidade do continente. Pouco se registra sobre seu crescimento econômico que 2012, a taxa de crescimento do PIB foi - 0,2% para a União Europeia enquanto que a média do continente foi de 4,8 % para a África Subsaariana.

Ao nos depararmos com o tema a mulher africana, observamos que ela é descrita de forma totalmente estereotipada. A imagem que temos da mulher africana é simbolizada por um forte apelo sexual. Ela também passa a imagem de ser uma mulher exótica, passiva, muda e uma mãe sofredora, por ver seus filhos morrendo de fome. Assim, através de opiniões pré-formadas é negada à mulher africana qualquer tentativa de compreendê-la na sua integridade e diversidade. Essa mulher participou e participa ativamente como sujeito histórico, assim como qualquer europeia, indiana, americana, ou latina.

As mulheres africanas exerceram um papel importante na luta pela independência dos países africanos, como combatentes fizeram parte de contingentes militares, e foram ativistas decisivas como na luta contra o apartheid na África do Sul. E na fase da representação da soberania elas foram nomeadas como diplomatas em defesa de seus países no cenário mundial.

A luta pela autodeterminação dos direitos dos povos africanos, nascido da humilhação racial e da dominação estrangeira, levou africanos tomaram consciência do fato de representarem uma unidade diante dos opressores ocidentais.

Ao teorizar a luta armada na Guiné-Bissau, Amílcar Cabral evidenciou desde o início o papel fundamental das mulheres na revolução e no processo de reconstrução nacional. O sucesso de qualquer tipo de transformação social, segundo Cabral, consistia

*“em constatar de que forma a mulher participa no mais amplo processo de libertação da sociedade (...) a nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres.”*(Cabral)

Contudo, a solidariedade africana não baseou-se somente em uma experiência comum de exploração. Unir -se contra o opressor estrangeiro, foi uma coisa; outra coisa, porém, uniu-se também para pôr em marcha o desenvolvimento interno. Os primórdios desse período da história da luta contra o colonialismo provaram a eficiência dos africanos em se unir para conquistar sua libertação, mas a experiência mostrou posteriormente que eles tiveram muita dificuldade para se colocarem como um todo único, com vistas ao desenvolvimento político e econômico.

Uma abordagem que pode ser explorada na introdução da temática para implementação da Lei 10639, há uma história de participação política das mulheres, que se transformaram em heroínas, durante a luta contra a colonização.

No ano de 2013, a UNESCO realizou diversas atividades de celebrações dos 350 anos da morte da soberana angolana, Rainha Njinga Mbande, conhecida por rainha Ginga (“Ngola”), heroína africana dos reinos Ndongo (Angola) e de Matamba, Sudoeste de África, no século XVII, nasceu em 1581 e faleceu em 1663. O seu título real na língua quimbundo – “Ngola” -, foi o nome utilizado pelos portugueses para denominar aquela região (Angola).

Há muitas outras heroínas como: Yaa Asantewaa (1840-1921) de Gana, Funmilayo Ransome-Kuti (1900-1978) da Nigéria, Taytu Betul (c.1851-1918) da Etiópia, Nehanda Charwe Nyakasikana (1863-1898) do Zimbabwe, Miriam Makeba (1932-2008) da África do Sul, Titina Silá (1943-1973) de Guiné Bissau, Awa Keita (1912 - 1980) do Mali , Yennega, de Burkina Faso, entre outras.

Mulheres africanas que lideraram a luta pela independência e se tornaram heroínas nacionais em seus países. Um exemplo conhecido foi o que aconteceu em 1929 "Guerra das Mulheres" na Nigéria, em que dezenas de milhares de mulheres Igbo atacaram os chefes nomeados pelos britânicos, como um protesto contra a revogação de seu poder tradicional. As mulheres soldados de Daomé, foram tropas de elite de soldados que contribuíram para o poder militar do Reino de Daomé, hoje conhecido como Benin, nos séculos XVIII e XIX.

O resgate da vida de mulheres que tiveram uma ativa participação na independência dos seus países africanos, pode ajudar no olhar sobre a história universal que tem mostrado mulher africana passiva, que não fala, que não se expressa, temos um sujeito político que foi importante no processo.

Há uma presença importante das mulheres da África do Sul na luta contra o apartheid. As mulheres na África do Sul, desde a virada do século, surgiram como lideranças nos protestos contra regime do apartheid.

Com todas as deficiências e os efeitos devastadores do apartheid sobre a condição das mulheres, as mulheres nunca perderam de vista o fato de que uma mudança significativa não viria através de uma reforma, mas apenas através da destruição total do sistema apartheid. Assim, a exploração e a opressão comum de homens e mulheres com base na cor levou a uma luta conjunta contra o sistema.

As mulheres se envolveram em diversas organizações na África do Sul, grupos de igrejas, mas foi nos sindicatos, em manifestações de greve, que ampliaram sua consciência política e organizaram enquanto mulheres e em que assumiram pela primeira vez, cargos de importância na África do Sul.

### **Pós independência dos países Africanos**

Depois da luta pela independência dos países africanos, a reorganização do Estados recém instalados, as mulheres não foram incorporadas de imediato nas estruturas de poder político. Embora as mulheres e os homens tivessem direitos mais formais na África pós-colonial, o modelo ocidental privou as mulheres da influência política que tinham em muitas sociedades tradicionais.

A modernização proposta nos países recém independentes implicou uma desorganização das estruturas tradicionais do poder feminino em benefício de um projeto nacional (unificador) e racional (modernizante), refundando as práticas de gênero de base matrilinear, em torno da invenção de família nuclear monogâmica na qual o pai/marido seria o chefe da família.

A nova ordem social defendida pelos governantes africanos, defendiam uma “sociedade”, que deveria ser uma ordem na qual o poder masculino pareceria efetivamente representar a modernidade e o progresso, enquanto formas não ocidentais e não patrilineares pareceriam representar o atraso.

Segundo a entrevista dada pela nigeriana Molara Ogundipe Leslie,

*“a sociedade africana, orientada por homem, reage de modo sexista usual, negando que haja uma opressão da mulher, glorificando um passado pré- colonial, desconhecido em que as nossas mães africanas eram totalmente felizes, acusando as ativistas de serem vítimas de ideias Ocidentais e imitadoras das mulheres brancas, clamando que a ‘família’ é mais importante que o destino da mulher individual, afastando para o lado as preocupações das mulheres com a hipocrisia do que o ‘desenvolvimento nacional’ é uma prioridade maior que a ‘libertação da mulher’, afirmando que, de qualquer modo, as mulheres não precisam de ser libertadas porque nunca estiveram em sujeição”,(Amaral, 2003)*

Uma análise adequada dos direitos humanos das mulheres africanas, ou melhorias feitas para a sua efetiva implementação, precisa compreender o contexto sócio histórico da vida das mulheres. A legislação que não reconheceu a influência da cultura e da tradição sobre a percepção masculina e feminina de cada um tornou-se ineficaz.

História das mulheres africanas engloba uma grande variedade de sociedades em mais de cinquenta países com diferentes geografias, costumes sociais, religiões e situações históricas. Apesar desse intervalo, é possível discutir alguns pontos em comuns, começando com a África como um continente predominantemente agrícola, onde entre 65 e 80 por cento das mulheres africanas estão envolvidas no cultivo de alimentos para suas famílias.

A centralidade da agricultura influencia o controle da terra e do trabalho de grupos e clãs parentes, geralmente representados por uma liderança política e religiosa masculina. África tinha uma incidência de descendência matrilinear, um sistema social que colocava uma mulher e suas relações femininas no centro de parentesco e família, embora líderes de clãs masculinos influenciou o arranjo das famílias através do casamento. As mulheres usaram uma variedade de rotas para exercer autoridade, através de organizações de mulheres, como líderes espirituais, e às vezes como mães rainha, aconselhando os governantes masculinos e servindo como co-governantes ou regentes

Foram necessárias algumas décadas de organização para que conseguissem se fazer ouvidas no universo político dos seus países. As agências internacionais, doadores estrangeiros perceberam que o continente africano é extremamente dependente da força de trabalho das mulheres.

Um novo discurso passou a ser construído levando em conta que o Desenvolvimento Econômico do continente Africano não seria possível sem a participação efetiva das mulheres.

### **O Crescimento econômico em África e a desigualdade de gênero**

Em discurso realizado pelo empresário sudanês Mo Ibrahim, no Brasil em abril de 2013, ele disse o seguinte sobre a juventude e as mulheres africanas:

*“Estamos testemunhando uma grande ascensão da sociedade civil africana e isso está mudando o jogo, de fato. É uma coisa muito importante para a África. Duas forças principais dão sustentação a essa ascensão, os jovens – metade da população africana tem menos de 19 anos de idade. É um continente de jovens e esses jovens não são como nós. Esses jovens são mais instruídos, são mais informados, estão conectados. E isso está mudando o cenário da África. Esses jovens não têm respeito por ninguém. Isso é bastante importante.*

*A outra força é a mulher africana. A mulher africana é surpreendente. Segundo estatísticas da OIT [Organização Internacional do Trabalho], as mulheres africanas são o verdadeiro pilar da economia africana. Setenta e cinco por cento de nossa gente trabalha na agricultura e a agricultura é feita pelas mulheres, não pelos homens.*

*Filhos, escola, comida, moradia, tudo isso é feito pelas mulheres. Talvez os homens trabalhem um pouco, mas, no geral, nós dançamos, bebemos e de vez em quando também estupramos uma mulher. Esse é um problema nosso, de fato, mas é muito importante poder ver hoje a ascensão de organizações de mulheres e o modo como a narrativa está mudando na África, algo muito importante.*

*Eu acredito que essas duas forças, jovens e mulheres, mudarão a África. Vejam. Nós temos 54 países. Temos duas presidentas no momento. É só comparar o desempenho para ver como nos damos melhor quando temos mulheres comprometidas em papéis de liderança. Isso também é muito importante para nós” (Ibrahim, 2013)*

Apesar de um crescimento económico impressionante durante as últimas décadas e o fato de ocorrer uma redução da pobreza há ainda um hiato no acesso aos benefícios, que não tem contemplado as mulheres.

A ONU diz que as mulheres representam pouco mais da metade da população do mundo, mas elas têm acesso desigual aos recursos, educação e renda, porque participam menos da política de tomada de decisão. Elas são muitas vezes a espinha dorsal da sociedade, tornando-se a maioria de trabalhadores agrícolas.

Empresas geridas por mulheres, principalmente empresas informais de negociações comerciais, estão aumentando na África, embora haja muito pouca pesquisa sobre elas.

Ainda que o setor informal apresente uma oportunidade para a geração de rendimentos razoáveis, o Banco Africano de Desenvolvimento diz que a maioria das trabalhadoras está sem rendimentos seguros e não têm proteção social. Na verdade, a Organização Internacional do Trabalho criou o termo ‘trabalho de pobres, para as pessoas no setor informal’, que são na sua maioria mulheres.

Muitas mulheres africanas de grande sucesso alcançaram o sucesso ou como ativistas ou usando suas habilidades empreendedoras. Alguns exemplos de empresária de sucesso no Senegal, Etiópia e Nigéria:

Magatte Wade, do Senegal, diretora de uma empresa que produz bebidas à base de plantas e cafés orgânicos e chás vendidos em todos os EUA. Em 2011, a empresa de Magatte, Adina Inc., tinha mais de US\$ 3 milhões em receitas anuais, de acordo com o

trabalho de pesquisa do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas sobre modelos de negócios bem sucedidos em empregar os pobres. (SAMBIRA, 2013)

Meaza Ashenafi e mais 10 mulheres lançaram o primeiro banco comercial da África fundado, executado e de propriedade de mulheres. As mulheres etíopes compraram cerca de 70% dos mais de 7.000 ações vendidas desde 2009 no Enat Banco da Etiópia - que significa "mãe" em amárico, um banco definido para atender a todos mas com foco nas mulheres.

Meaza Ashenafi, Presidente da Diretoria Executiva do Banco, disse à Xinhua que 64 por cento dos acionistas são mulheres.

*"Nós lançamos o primeiro banco das mulheres no país, e, potencialmente, poderá ser um dos maiores bancos na Etiópia. É uma iniciativa das mulheres. Foi organizado por onze mulheres etíopes e temos mais de 7.000 acionistas", disse ela. (ASHENAFI, 2014)*

Mosunmola "Mo" Abudu, nigeriana, que pode ser considerada a Oprah Winfrey da África, lançou uma rede de entretenimento que transmite em quase todos os países do continente com programas mostrando a crescente classe média. Mosunmola "Mo" Abudu quer EbonyLife TV pretende que os africanos mudem a forma como os telespectadores percebem o continente. A programação da rede aborda assuntos da vida diária das mulheres - tudo, desde dicas de sexo e tratamento de pele

*"Nem toda mulher Africana tem uma pilha de madeira na cabeça e um bebê amarrado nas costas(...) precisamos começar amostrar as partes boas da África." (ABUDU, 2013)*

O exemplo das três mulheres não pode ser visto como comum em todo o continente, mas são um indicador que as mulheres tem participado do movimento do grande capital e do crescimento econômico dos países em desenvolvimento em África. Entre as grandes fortunas na Nigéria, África do Sul, Angola encontramos muitas mulheres envolvida com no setor de petróleo e na indústria de comunicação e informática, setores importantes na economia desses países.

### **As Mulheres Africanas no Parlamento**

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) defende o direito das mulheres de participarem na vida pública,



enquanto a Plataforma de Ação de Pequim conclama para a remoção de barreiras para a igualdade de participação. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) medem o progresso em direção à igualdade de gênero, em parte, através da proporção de mulheres em cadeiras de parlamentares.

As mulheres enfrentam obstáculos à participação na vida política. Os obstáculos estruturais, por meio de leis e instituições discriminatórias, ainda limitam as opções das mulheres de votar ou concorrer a um cargo. Em linhas gerais, o imaginário determina lacunas de capacidade que significam que as mulheres são menos prováveis do que homens de ter a educação, os contatos e os recursos necessários para se tornarem líderes eficazes.

As mulheres estão sub-representadas como eleitoras e em posições de liderança, seja em cargos eletivos, de serviços públicos, no setor privado ou na academia. Isso ocorre apesar de suas habilidades comprovadas como líderes e agentes de mudança, e de seu direito de participar igualmente na governança democrática.

Como destaca a Resolução de 2011 sobre participação política das mulheres da Assembleia Geral da ONU, “mulheres em todas as partes do mundo continuam a ser marginalizadas na esfera política, muitas vezes como resultado de leis discriminatórias, práticas, atitudes e estereótipos de gênero, baixos níveis de educação, falta de acesso à saúde e também pelo efeito desproporcional da pobreza nas mulheres”.

Individualmente, algumas mulheres têm superado esses obstáculos com grande sucesso, e muitas vezes para o benefício da sociedade em geral. Entretanto, para as mulheres como um todo, o acesso à liderança e participação política deve ser nivelado, abrindo oportunidades para a igualdade. Para atingir estes objetivos, movimento de mulheres africanas tem oferecido treinamento às mulheres para ajudar a construir suas capacidades, e oferecemos educação eleitoral e cívica sobre a igualdade de gênero.

Neste cenário adverso uma voz tem crescido e sido atuante: as mulheres africanas tem conquistado novas leis nacionais e reformas constitucionais para garantir o acesso justo das mulheres às esferas de decisão, sejam como políticas, eleitoras, candidatas, funcionárias eleitas ou membros do serviço civil.

África - Desde 1995, a região registrou o maior salto de representação das mulheres - de 9,8 por cento para 22,5 por cento, o que representou um aumento de 12,7 pontos percentuais. Na luta pela igualdade de gênero têm conseguidos avanços, como nenhum outro continente no mundo.

Os países que atingiram a marca de terem no mínimo, de 30 percentual estão bem distribuídos no espectro do desenvolvimento entre os quinze no mundo sete estão na África Subsaariana.

A maior proporção do mundo foi registrada em Ruanda, que realizou eleições em 2008. O país se tornou o primeiro da história a atingir o equilíbrio de gênero no parlamento nacional (56% - um aumento significativo comparado aos 17% de 1995). O motivo apontado pelo relatório da ONU são os esforços para promover o equilíbrio de gênero durante a reconstrução do país após a guerra e também o fato de que a maioria dos sobreviventes foram mulheres.

Além de sucesso de Ruanda, Guiné Equatorial viu um aumento dramático de 16 pontos percentual de mulheres em sua câmara baixa do Parlamento. A adoção de uma lei eleitoral com os requisitos de gênero em Camarões e mudanças constitucionais no Zimbábwe e no Quênia viu o número de mulheres em suas respectivas Câmaras baixas do parlamento dobrar. Quênia também viu a primeira eleição para o parlamento de uma mulher Masai, Peris Pesi Tobiko.

Tanto nos órgãos políticos ou salas de reuniões corporativas, as mulheres têm voz limitada nas decisões que lhes dizem respeito, observa a agência das Nações Unidas para a igualdade de gênero conhecida como ONU Mulheres. Para melhorar esta situação, a maioria dos países em desenvolvimento introduziram cotas e outras medidas temporárias especiais, tais como assentos reservados, para ajudar as mulheres a subir a escada política, uma tendência que deslanchou após a Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em 1995, em Beijing. Cerca de 20% de todos os parlamentares de todo o mundo são mulheres, de acordo com o relatório de 2013 do Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da ONU.

Alguns países estão se saindo melhor. Depois de uma campanha eleitoral de alto escalão no Quênia, em março de 2013, um quinto dos assentos do parlamento foi para mulheres, dobrando sua representação.

Em Ruanda, as mulheres representam 63% dos legisladores, a percentagem mais alta do mundo). África do Sul -44%, Moçambique, com Moçambique - 39,2%, Angola -36,8% Zimbabwe com 31,5%, e o Cameroun, com 31%. O Brasil tem 8% na Câmara e 16 % no Senado.

O crescente número de parlamentares do sexo feminino não é o único sinal encorajador sobre a igualdade de gênero na África, escreve Rainitou Sow de Make Every Woman Count, uma organização que defende o fortalecimento de mulheres e meninas. A maioria dos países já têm políticas de gênero e ministérios estão sendo encarregados de implantá-las.

E parece que o esforço está pagando dividendos. Mais do que nunca mulheres africanas estão entrando em cargo público, incluindo os mais altos cargos. Catherine Semba Panza assumiu a presidência da República Centro Africana tornou-se a 3ª presidenta depois de Joyce Banda, do Malawi e da Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf. A líder liberiana também foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz, que ela dividiu com sua compatriota e companheira ativista pela paz Leymah Gbowee e Tawakkol Karman, do Iêmen.

A falecida Wangari Maathai, ambientalista queniana, foi a primeira mulher africana a receber a honra de receber o prêmio Nobel. Pela primeira vez em sua história, a Comissão da União Africana é dirigida por uma mulher, Nkosazana Dlamini-Zuma, da África do Sul. Outra sul africana, a ex-vice-presidente Phumzile Mlambo-Ngcuka, foi nomeada chefe da ONU Mulheres.

Em outras partes do continente, vários países (como Zimbábwe e Gâmbia) têm mulheres como vice-presidentes. Com o auxílio de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, aprovada em 2000, que aborda o impacto excessivo da guerra sobre as mulheres, bem como o papel central que elas desempenham na resolução de conflitos, mais mulheres estão servindo em operações de paz da ONU em todo o mundo

– mas ainda aquém das expectativas. Por exemplo, em 2013, as mulheres compunham menos de 4% das forças de paz globais.

Dado o número crescente de parlamentares do sexo feminino e papel decisivo das mulheres na economia, pode-se pensar que as mulheres em África teriam mais influência sobre as políticas que lhes digam diretamente respeito. No entanto, as práticas culturais e as tradições profundamente enraizadas são difíceis de quebrar.

Destemidamente, alguns legisladores têm pressionado e conseguido introduzir leis que beneficiam as mulheres em seu cotidiano. Por exemplo, Angola aprovou uma lei em 2011 para criminalizar a violência doméstica e Quênia se juntou a outros 24 países africanos para fazer a mutilação genital feminina ilegal. Mas o progresso tem sido menos acentuado em alguns outros países. Por exemplo, um projeto de lei de direito de família proposto no Mali em 2009, que promoveria direitos das mulheres foi retirado depois de ter sido bloqueado por grupos muçulmanos conservadores. Foi finalmente transformado em lei três anos depois, após de ter sido “substancialmente enfraquecido”, de acordo com relatórios.

Direitos a terra para as mulheres também são altamente resistentes a reformas (ver African Renewal Edição Especial sobre a Mulher, 2012). Um exemplo gritante é que as mulheres agricultoras na África não têm nenhuma influência sobre políticas agrícolas em seus países e pouco acesso a crédito, fertilizantes e sementes, apesar de produzir a maioria dos alimentos.

Como o número de mulheres em cargos executivos continua a crescer na África, elas devem encontrar maneiras de traduzir sua presença na política em ação e influência. Contar com o apoio de homens em todos os órgãos governamentais é uma forma de efetuar reformas. Simplificando, cotas de gênero políticas na África não são suficientes para ampliar a voz das mulheres.

## **Direitos Humanos das Mulheres Africanas**

Em 1986 o continente africano adoptou a “Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos” na XVIII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados Africanos membros da Organização de Unidade Africana, a 26 de Junho de 1981, em Nairobi, Quênia. A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos centraliza a sua aplicação na pessoa, reafirmando os princípios de igualdade e não discriminação (artigos 2º e 3º). Reconhece, ainda, um conjunto de direitos importantes para o acesso à terra e à água, como direito de propriedade (artigo 14º), da família (artigo 18º), acesso aos recursos naturais (artigo 21º) e desenvolvimento económico (artigo 22º).

Em 2003, em Maputo, os Estados membros da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos adotaram um Protocolo relativo aos Direitos da Mulher em África. O conteúdo do protocolo incide na eliminação da discriminação contra a mulher nas suas diversas dimensões (artigo 2º), na dignidade da mulher, na proteção da sua vida, integridade e segurança (artigo 3 e 4º), na eliminação de práticas discriminatórias (artigo 5º), sobre as condições gerais do casamento (artigo 6º), na separação e divórcio (artigo 7º), no acesso à justiça e igualdade de proteção perante a lei (artigo 8º), nos direitos económicos e de proteção social (artigo 13º). Os direitos específicos da mulher em relação a terra e recursos hídricos são enquadrados na perspectiva da segurança alimentar: os artigos 15º e seguintes conferem direitos à segurança alimentar, à habitação adequada, ao ambiente saudável e a um desenvolvimento sustentável. No artigo 15º, relativo ao direito à Segurança Alimentar, especificamente, se fixa que os Estados membros do protocolo devem assegurar à mulher o direito de acesso à água potável, às fontes de energia doméstica e à terra e a outros meios de produção alimentar.

Momentos e instrumentos jurídico-políticos que se deve ainda destacar, dos anos 90, são a IVª Conferência Mundial de Beijing das Nações Unidas de 1995, e a Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, em que se estipula que a perspectiva de género deverá estar presente de forma transversal em todas as políticas e programas de desenvolvimento, como estratégia para se alcançar a igualdade entre homens e mulheres, identificando 12 áreas de intervenção onde o acesso aos recursos naturais ocupa uma atenção prioritária e estratégica.

Em 2000, a Declaração do Milénio das Nações Unidas, que estabelece os “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)”, contemplou a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

O Protocolo dos Direitos da Mulher, que é um protocolo suplementar á Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, foi adoptado pela União Africana em Julho de 2003 como resultado de um processo intensivo da advocacia de muitas organizações de toda a África, e entrou em vigor em 25 de Novembro de 2005. Até Maio de 2011 havia sido ratificado por 30 países.

O Protocolo de Banjul sobre os Direitos da Mulher foi adoptado em 2008. Representa o primeiro grande passo a nível do continente africano no sentido da protecção dos direitos da mulher africana. Um dos seus principais objetivos é o de sensibilizar os parlamentos africanos para que incluam nos próprios textos constitucionais e nas leis nacionais a questão da equidade de género e a protecção dos direitos da mulher.

Incentiva a participação das mulheres no processo político, estabelece a necessidade da igualdade no acesso ao emprego e à retribuição, propõe uma idade mínima para o trabalho a fim de tutelar os menores de idade, propõe mais benefícios e segurança social para as mulheres com a finalidade de combater algumas práticas tradicionais nocivas. Em termos da saúde e direitos reprodutivos da mulher, o Protocolo autoriza o aborto com fins terapêuticos em caso de violência sexual ou de incesto no sentido de preservar a saúde das mães e de proteger as mulheres dos vários perigos e ameaças em termos reprodutivos; este aspecto assume um significado particularmente importante no contexto africano, onde o problema da violência sexual é cada vez mais difuso nos países de pós-conflito.

Todavia, há que especificar que o documento não propõe o direito ao aborto senão nas condições específicas acima referidas. Enfim, o Protocolo solicita aos Estados africanos para que promovam os direitos fundamentais da pessoa humana como a alimentação, o acesso à água potável, à educação, à saúde e a um ambiente mais salubre, e não menos importante, recomenda proteções especiais para os idosos e para as pessoas com problemas físicos.

Esse conjunto de legislação de direitos humanos tem sido fundamental para a longa caminhada que as mulheres africanas. São por meio dessas legislações que tem sido fundamental os avanços concretos das mulheres africanas.

Referências bibliográficas

ADESINA, Jimi, Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e gênero na academia- disponível em <http://www.codesria.org/IMG/pdf/12-Adesina.pdf>

ABUDU, Mosunmola 'Mo' (2013) disponível em <http://www.independent.co.uk/arts-entertainment/tv/features/meet-africas-oprah-why-mosunmola-mo-abudu-wants-to-change-the-worlds-view-of-her-continent-8940635.html>

AMARAL, Ilidio(2003)- Presença da Mulher Africana no sul do Saara, na cultura e na ciência: questões de gênero. Disponível no site :

ARNFRED, Signe-Descolonizando o feminismo em Moçambique, disponível em 5 de março de 2014 no portal <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/27681/23875>

ASHENAFI, Meaza(2014) Entrevista com Meaza Ashenafi, presidente do Banco Enat, disponível no site <http://www.marcopolis.net/enat-bank-empowering-women-of-ethiopia-1001.htm>

CABRAL, Amílcar – disponível no site <http://www.amilcabcabral.org/livro.pdf>

Fundação Mo Ibrahim(2014) disponível no site: <http://www.moibrahimfoundation.org/>

IBRAHIM, Mo(2013) disponível no site; <http://www.institutolula.org/mo-ibrahim-africa-e-um-continente-rico-e-nao-ha-nenhuma-razao-para-termos-pobres-e-famintos/#.Uxetzz9dV0Y>

OGOT, Bethwell Allan – Apresentação do Projeto da História Geral da África , VIII: África desde 1935/ editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji - Brasília : UNESCO, 2010.

SAMBIRA, Jocelyne (2013) Influência das mulheres africanas na política(2013) <http://brazilafrika.com/noticias/influencia-das-mulheres-africanas-na-politica/>

Women in African History disponível no Site: <http://en.unesco.org/>

